



Revista
de Psicologia

ISSN 2179-1740

PROCESSOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL: COMO OS USUÁRIOS DE CRACK ENXERGAM SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

*PROCESSES OF SOCIAL INCLUSION/EXCLUSION: HOW THE CRACK USERS SEE
STORY OF THEIR LIVES*

Vanessa Eda Paz Leite¹
Antonio Euzébio Filho²

Resumo

Este artigo parte de uma pesquisa de iniciação científica que esteve envolvida com o tema das políticas públicas de enfrentamento ao crack e tem como objetivo compreender como os usuários do interior do estado de São Paulo entendem suas trajetórias de vida e as experiências de marginalização que foram submetidos. Tomamos contato com os participantes do estudo (dois usuários de crack) no contexto das ações municipais de atenção às drogas, buscando entender, a partir de entrevistas em profundidade, o que pensam sobre a própria vida e o contexto que o cercam. Assim, agrupamos alguns temas comuns entre os dois participantes, que não refletem apenas aspectos similares dos discursos, mas também elementos que se aproximam, distanciando-se ao mesmo tempo, como propõe o materialismo histórico-dialético (Martins, 2006), de modo que pudemos formar três categorias síntese de análise das duas entrevistas, concluindo que os sujeitos apresentam atualmente condições de vida similares marcadas pela desigualdade social, isolamento e humilhação, embora não possamos afirmar, pela falta de dados mais aprofundados, que essa similaridade sempre existiu. Assim, é possível dizer que ao longo da trajetória de vida na rua vão internalizando os juízos depreciativos sobre si mesmos e os manifestam por meio do sentimento de vergonha.

Palavras-chave: Inclusão/exclusão; políticas públicas; crack; humilhação.

Abstract

This article is part of a research made from the scientific initiation that was involved with the topic of the public policies of coping with crack and has be objective to understand how the users located in a city in the state of São Paulo understand their life trajectories and the experiences of marginalization that were submitted. We contacted the study participants (two crack users) in the context of municipal actions attention drugs, seeking to understand, from deep interviews, what they think about their own life and the context that surrounds them. Thus, we group some common themes between the two participants, which do not only reflect similar aspects of the discourses, but also elements that approach, distancing themselves at the same time, as well as proposes historical-dialectical materialism (Martins, 2006), So that we could form three categories synthesis of analysis of the two interviews, being able to conclude that the subjects currently present similar conditions of life marked by social inequality, isolation and humiliation, although we can't affirm, for not having deeper data, that this similarity has always existed. Thus, along their lifes on the street they internalize the derogatory judgments about themselves and manifest them through the feeling of shame.

Keywords: Inclusion / exclusion, public policies, crack, humiliation.

¹ Graduada em Psicologia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus Bauru, Brasil. Email: vanessa.paz.leite@gmail.com

² Professor Doutor associado ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, campus Bauru, Brasil. Email: antonioeuzebios@fc.unesp.br

INTRODUÇÃO

Produto da iniciação científica de um dos autores, o presente trabalho foi motivado pela tentativa de compreender como usuários de crack entendem suas vivências institucionais e na rua, os tratamentos a eles dispensados pelo governo e pela sociedade, e como configuram suas redes de relacionamento.

Para tentar entender as tramas que envolvem a temática escolhida e o tratamento dispensando aos usuários, começamos por levantar alguns aspectos que consideramos essenciais das políticas públicas de saúde no Brasil, principalmente, o que se refere ao uso de crack no Estado de São Paulo. Buscaremos demonstrar que as políticas “contra” o crack ilustram bem o funcionamento de um Estado violentamente conservador (Rui, 2013).

As políticas contra o crack não se apresentam como um simples arcabouço de medidas técnicas, longe disto está associado diretamente aos processos de marginalização e segregação urbana nos moldes do que Sawaia (2001) chamou de dialética da inclusão/exclusão, quando direciona nossa atenção para a lógica (ou irracionalidade) de um sistema econômico que inclui para excluir e exclui para incluir. Ou seja, isto significa, por exemplo, que para aprofundar o processo de controle social e dominação política, o capitalismo prevê a manutenção de um exército de reserva de desempregados e uma população marginalizada que refletem, em si mesmos, as mazelas do capitalismo (Hofling, 2001). Nesta direção, destacamos a ideologia das “classes perigosas”, que segundo Coimbra (2001) contribui para obscurecer as multideterminações da marginalidade e finalmente, amenizar conflitos de classe quando deslocam o problema da desigualdade social para o indivíduo isolado. Ou, no caso dos usuários de crack, deslocam o problema da criminalidade e das drogas para estes indivíduos, que segundo amostra representativa da pesquisa de Bastos e Bertoni (2014) são, em sua maioria, pessoas de baixa escolaridade, vivem em situação de rua e não têm emprego ou renda fixa.

Estado e políticas públicas de atenção aos usuários de crack em situação de rua

Pensar o Estado e as políticas públicas no neoliberalismo exige uma atenção especial para notar, em um primeiro momento, que a burguesia encontrou, em esfera global, condições econômicas e políticas para avanço do projeto liberal original (Euzébios Filho, 2011). A conjuntura política atual permite ao capital adentar, de forma contundente, em todas as esferas da vida. E não

seria novidade ele fazer uso das políticas sociais para regular conflitos de classe e administrar a pobreza. Faz isto, porém, alargando sobremaneira a influência do privado, permitindo as empresas competirem no mercado de “responsabilidade social”, no eterno retorno do assistencialismo.

Na prerrogativa do neoliberalismo, as intervenções estatais seriam um entrave ao desenvolvimento econômico, já que inibem a livre iniciativa de mercado, além de criar obstáculos para as pessoas, individualmente, alcançarem o mérito (Hofling, 2001). Podemos, assim, considerar que, nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, nunca foi tão sutil - e sofisticada - a lógica de inclusão na exclusão social. (Guareschi, 2001).

Isto também ocorre porque o próprio Estado é poroso à disputa por interesses da classe trabalhadora, sendo, portanto, palco da luta de classes (Coutinho, 1979). As políticas públicas de saúde, desse modo, também se encontram nesse contexto e, em especial, as políticas públicas direcionadas à atenção aos usuários de crack. Elas representam a materialidade da dominação de uma classe sobre outra, mas não estão alheias às contradições do Estado burguês, manifestando também em seu interior, a luta pelos direitos sociais, de um lado, e lógicas repressivas de outro.

O programa “Crack, é possível vencer”, lançado pelo governo federal em 2011, ilustra as contradições deste Estado e sociedade. Este programa consiste na oferta de tratamentos de saúde e atenção ao usuário, promovidos por diversos equipamentos. Alguns deles são baseados nos princípios da Reforma Psiquiátrica, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas diversas modalidades, sendo este o principal equipamento substitutivo ao modelo manicomial dos hospitais psiquiátricos, com a atenção de base territorial e o cuidado em liberdade como características essenciais desses equipamentos, além de, no caso de tratamento com usuários de crack e outras drogas, ter a redução de danos como princípio de suas ações.

Como sabemos, a redução de danos traz a ideia de que não necessariamente, o sujeito deve parar ou reduzir o consumo de uma determinada substância química para melhorar suas condições de vida. O foco é minimizar as consequências adversas do consumo dessa substância do ponto de vista da saúde e dos aspectos sociais envolvidos. Assim, o princípio da redução de danos contesta a abstinência como meta desejável absoluta e a noção de que as drogas são um problema em si, se recusando a simplificar, a partir da dicotomia bem e mal, abstinente e usuário, normal e patológico, uma questão tão complexa como o uso de

drogas (Souza & Carvalho, 2012).

Porém, nem sempre o princípio da redução de danos é observado nas políticas de enfrentamento ao Crack, bem como muitos equipamentos de atenção a esses sujeitos, em oposição aos princípios propostos pelo CAPS, ainda apresentam características manicomial, com tratamentos centrados em modelos biomédicos, em privação de liberdade, não territorializados e que têm a abstinência como principal foco do tratamento, existindo, muitas vezes, uma condenação moral dos usuários, como é o caso das Comunidades Terapêuticas, de que trataremos adiante. O Programa "Crack, é possível vencer" apresenta desse modo - ao investir também em equipamentos que têm a abstinência como foco -, aspectos conflitantes com os próprios princípios da Luta Antimanicomial, colocando a recaída como uma forma de individualizar o fracasso, ao mesmo tempo em que justifica intervenções repressoras e moralizadoras de corte populacional classista. (Souza & Carvalho, 2012).

Assim, para além da aparência preventiva e humanizadora do Programa "Crack, é possível vencer", notamos que existem contradições em seu interior e também em outras políticas correlatas, pois ao mesmo tempo em que é explicitado na cartilha do referido Programa que buscam "garantir aos usuários e dependentes de drogas o pleno exercício da cidadania" (Brasil, 2013, p. 06) - o que é condizente com uma política que minimamente busca enfrentar aspectos do processo de marginalização - enfatizam, ao mesmo tempo, a necessidade de policiamento ostensivo em locais de uso de crack, apontando para o "enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado e promoção de espaços urbanos seguros, com policiamento ostensivo em locais de concentração de uso do crack". (Brasil, 2013, p. 04), desconsiderando, desse modo, que muitas vezes usuários e traficantes são a mesma pessoa e revelando um conservadorismo que reforça a tradição moralizadora e repressiva do estado brasileiro em relação à venda e consumo de drogas.

No Estado de São Paulo também assistimos a essas contradições, coexistindo tanto o investimento em equipamentos como o CAPS, como em ações repressivas para lidar com pessoas em situação de rua e usuários de crack. Neste sentido, vale destacar as ações dos governos municipal e estadual na chamada "Cracolândia" (região central da capital paulista que reúne usuários de crack e outras drogas), que foram acompanhadas de operações da Polícia Militar ou da Guarda Civil Metropolitana. Podemos citar como exemplos dessas ações truculentas a "Operação Limpa", realizada em 2005, a "Operação Centro Legal", em 2009, a "Operação Sufoco", em 2012 (Rui, 2013),

além das recentes ações policiais realizadas na região durante o ano de 2017.

Tratam-se de políticas, antes de tudo, repressivas que, para Arruda (2014), podem ser ilustradas nas próprias manifestações do poder público. Segundo o autor, "vieram as declarações do coordenador de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça, de que pela via da "dor e sofrimento", os usuários de crack buscariam tratamento" (Arruda, 2014, p. 33). Segundo o autor, esta frase é emblemática de como o poder público vem enfrentando a questão das drogas e do Crack de forma repressora e ao mesmo tempo moralizadora. Assim, tanto as ações realizadas na cidade de São Paulo ou ao redor do Estado paulista fracassaram, pois além de não realizarem nem mesmo aquilo que se propuseram - expulsar completamente os grupos indesejáveis de usuários de crack do centro da maior metrópole brasileira - tampouco resgataram a cidadania desta população.

Nesse íterim de contradições e ações repressivas presentes nas políticas públicas de enfrentamento ao crack, tanto em âmbito federal, como no estado de São Paulo, podemos destacar ainda o papel das Comunidades Terapêuticas, que são instituições privadas que recebem investimentos de ambas as esferas de governo, sendo responsáveis por grande parte da atenção destinada a usuários de crack. O investimento nessas instituições, por sua vez, vem beneficiar o setor privado e religioso, que na maioria dos casos administra as Comunidades Terapêuticas e que obriga o paciente a seguir determinada crença, adotando, assim, uma postura moralizante ao invés de científica.

Além disso, segundo a 4ª Inspeção de direitos humanos (CFP, 2011) as Comunidades Terapêuticas, têm violado frequentemente os direitos dos pacientes por meio da violência física, dos castigos, da humilhação, tortura, desrespeito à privacidade, etc., e em sua maioria não possuem uma equipe técnica capaz de atender à demanda de internação. A partir destas colocações podemos considerar que o investimento em Comunidades Terapêuticas e outras ações associadas ao "combate à epidemia do crack" regridem as iniciativas de redução de danos e violam os direitos elementares de pessoas pobres e de usuários de drogas de forma geral. Mas, a opção pelos caminhos tortuosos da violência e penalização não são por acaso. As contradições desta política repressora e moralizante estão vinculadas aos processos de produção da marginalidade (Coimbra, 2001), que estão inscritos no modo de sociabilidade capitalista.

Processos de inclusão/exclusão: retratos da vergonha e humilhação social

A dialética da inclusão-exclusão (Sawaia, 2001) expõe as fraturas mais expostas do modo de sociabilidade capitalista, especialmente quando transforma a desigualdade social em vergonha para os pobres, e a miséria como justificativa para a humilhação social.

Para Guareschi (2001), estes dois elementos (vergonha e humilhação social) são frutos de um adensamento da competitividade de mercado, que acirra processos de diferenciação social e econômica que, paradoxalmente, geram inclusão “social” de pessoas que estão à margem dos processos de produção e reprodução do capital. São estas as presas fáceis do assistencialismo e das doações voluntárias (Sawaia, 2001).

Um aspecto importante que compõe a dialética da inclusão/exclusão é a culpabilização do indivíduo pobre pela própria pobreza, e do “desviante” pela própria “anormalidade”. Assim, como aponta Euzébio Filho (2011), a percepção de culpa aparece também como consciência de si. O autor afirma que os processos de culpabilização, compreendidos como ideológicos, visam não apenas administrar a pobreza como a própria consciência política, fazendo com que o sujeito se resigne diante da injustiça social, passando a crer que não há alternativas ao que está colocado no plano pessoal e político.

Segundo Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2013, a aceitação da culpa individual pela própria condição de pobreza gera sentimentos de vergonha e humilhação no sujeito, que passa a internalizar um juízo depreciativo sobre si mesmo. A humilhação está ligada a um tratamento desrespeitoso ocorrido de forma pública, onde a pessoa humilhada se vê sem possibilidade de escolha e é violentada “justificadamente”, o que pode gerar um sentimento de vergonha, que se manifesta também como uma vergonha da origem de classe e sua identidade cultural (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2013).

Podemos dizer, assim, que os processos de humilhação social e vergonha andam junto com a naturalização da desigualdade social, ou com a condição social de marginalizado. Nesse sentido, o estigma, que pode ser entendido como o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo dentro da lógica da exclusão, atua não só para a manutenção da ordem dominante e das desigualdades sociais, mas também faz com que os direitos sejam transformados em favores, ou seja, o conformismo e o fatalismo presentes na compreensão da exclusão social, gerados pela naturalização desse processo desigual, fazem com que o direito se apresente como um favor aos marginalizados. (Sawaia, 2001).

MÉTODO

Metodologia

O método parte de uma compreensão da natureza do objeto de estudo, ou seja, aquilo que ele é determina como vou acessá-lo, estudo-lo, etc. Nosso objeto de estudo - os processos psicossociais de inclusão/exclusão ligados ao usuário de crack - é multideterminado, contraditório e dialético. Respeitando estas características, partimos do materialismo histórico-dialético para tentar compreender as dinâmicas e os processos do fenômeno estudado, fazendo-se necessário captá-lo em sua totalidade, ou seja, encontrar as determinações reais e objetivas que o constituem - o que significa ir além do imediatamente observado, da realidade aparente, ou seja, daquilo que Kosik (1976) denominou pseudoconcreticidade, e irmos em direção à compreensão de sua essência.

Participantes

Os participantes da pesquisa foram dois usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS – AD) do interior do estado de São Paulo. Um dos participantes é Leandro (nome fictício), tem 44 anos, nascido no interior de São Paulo, cursou até a quinta série da escola, é usuário de crack, mas no dia da entrevista já tinha um mês e quinze dias que não fumava, pois relatava que queria parar de usar. Ele estava desempregado e em situação de rua antes de ir para o albergue. Outro participante é Tomaz (nome fictício), tem 34 anos, nascido também no interior de São Paulo, cursou até o segundo grau completo da escola, é usuário de crack, apesar de também relatar a vontade de parar de usar, sendo que no dia da entrevista já faziam alguns dias que ele não fumava. Tomaz também estava desempregado e vivia em situação de rua antes de ir para o albergue. É necessário ressaltar, neste item, que os participantes dependiam da condução do albergue para ir até o CAPS-AD, de modo que o tempo para realização das entrevistas era restrito ao tempo que o motorista do albergue ficava à disposição para levá-los de volta (cerca de cinquenta minutos a uma hora), o que impossibilitou o aprofundamento e a clareza de alguns aspectos de suas trajetórias de vidas.

Procedimentos de coleta de informações

Após a aprovação da instituição envolvida e do comitê de ética da universidade (CAAE 50162215.4.0000.5398), realizamos visitas durante dois

meses na instituição visando conhecer a dinâmica do serviço e fortalecer vínculo com os profissionais e usuários. Somente então iniciamos as entrevistas, por meio de um roteiro semi-estruturado. As perguntas foram elaboradas de forma que os entrevistados pudessem ter liberdade para desenvolver uma resposta mais ampla sobre determinados temas (Minayo, 2002). O instrumento continha três questões deflagradoras: (1) conte sobre sua trajetória de vida? (2) como chegou até o serviço e como avalia o tratamento? (3) quais suas expectativas para o futuro e como acredita que pode alcançá-las? Tomamos contato com os participantes através do acompanhamento, por um dos pesquisadores, do grupo terapêutico do CAPS- AD destinado a usuários de crack que estavam no albergue.

Tivemos, no entanto, algumas dificuldades na coleta de informações, pois a rotatividade de usuários do grupo é alta, tendo em vista que depois de três encontros os participantes passavam a frequentar outros grupos existentes no CAPS-AD, além disso, muitos saíam do albergue e desistiam do tratamento no CAPS-AD. Assim, a cada encontro do grupo terapêutico acompanhado durante a pesquisa, um dos pesquisadores se apresentava a todos e falava sobre a pesquisa, seus objetivos e esclarecia possíveis dúvidas do grupo. Posteriormente, os usuários que se interessaram em participar, se manifestaram e as entrevistas foram feitas dentro do próprio serviço em sala privada. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa para o serviço e para os participantes.

Procedimento de análise das informações

Buscamos embasar nossa análise a partir do materialismo histórico-dialético. Desse modo, entendemos que o fenômeno estudado não pode ser compreendido isoladamente, mas em sua relação com a totalidade concreta. Nesse sentido, conhecer a realidade com que se pretende analisar pressupõe a apreensão do real imediato e sua abstração a partir de análises teóricas que constituem estruturas analíticas, de forma que se possa apreender o real em sua totalidade e não somente a partir do imediatamente dado. Assim, nas palavras de Martins (2006), esse método pode ser sintetizado da seguinte maneira: “parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento.” (Martins, 2006, p. 15). Desta forma, buscamos identificar temas e, assim, categorias de análise que permitiram estabelecer nexos entre o empírico e o teórico, subsidiando os resultados desta

pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pela interpretação teórica, chegamos a três categorias que reúnem posicionamentos e discursos dirigidos a um tema. São elas: (I) Trajetória de vida e humilhação social: marcas do desemprego, ruptura familiar e vida na rua. Aqui, os usuários relatam partes de suas trajetórias de vida, quando pudemos notar similaridade entre elas, como: o fato de estarem desempregados, as rupturas dos vínculos familiares, a vida na rua, os conflitos com a lei e vivências institucionais comuns entre os participantes; (II) Políticas públicas e usuários de crack: entre a autonomia e o assistencialismo. Neste tópico discutimos que os processos de institucionalização e vida na rua colocam os participantes em situações concretas onde o assistencialismo se apresenta como única opção de sobrevivência. Por outro lado, desejam trabalhar, serem aceitos pela sociedade, com seus erros e acertos e verem seus direitos garantidos e preservados; (III) Por último, as Perspectivas para o futuro. Não são muitas e são modestas: um bom emprego e um punhado de pequenos direitos.

Trajetória de vida e humilhação social

Alguns elementos da história de vida dos participantes não puderam ser aprofundados, de modo que podemos dizer que, ressaltadas as suas particularidades, existem elementos em comum no que diz respeito não só às condições objetivas atuais de vida, mas também à marginalização e humilhação social que vivenciam como usuários de crack e pessoas em situação de rua, embora não possamos afirmar, por falta de clareza em partes dos seus discursos, que tais características sempre foram predominantes em suas vidas.

Leandro nos conta que sua família o mandou ir embora de sua casa, porque entendem que ele “não quer nada com nada”, fazendo com que ele fosse morar em baixo de um pé de manga, na frente da casa de sua mãe, onde era visto por vizinhos, colegas antigos de escola, pessoas com quem conviveu durante toda a sua vida. Assim, em suas palavras ele diz:

“(…) fiquei morando de baixo de um pé de manga sob duas tábuas de construção civil, uma cobertinha e a minha bolsa e ali fiquei (...) A minha família morava de frente e eu no quintal, do lado, assim...e fui umas duas, três vezes pedir comida pra minha família, duas vezes eles me ajudaram, na terceira eles não

me ajudaram...não me deram comida, e aquilo ali foi me trazendo (...) muita humilhação (...) comecei a pedir dentro do meu próprio bairro (...) aquilo ali foi me envergonhando, porque muitas pessoas me conhece ali desde criança...escola...e aquilo ali foi me humilhando demais (...). (Leandro)

Esse contexto gerou a exposição de sua situação de pobreza, o que trouxe cada vez mais o sentimento de humilhação, passando a ser reconhecido publicamente a partir da identidade social de morador de rua. Segundo Moura Jr., Ximenes & Sarriera (2013), a identificação dessa identidade social traz consigo o reconhecimento do papel de drogado, criminoso, violento, portador de doenças e sujo, sendo, portanto, mais uma forma de opressão e discriminação vivenciada pelo sujeito. Outro sentimento bastante relatado por Leandro é a vergonha. Ainda segundo os autores, esse sentimento está intimamente ligado à humilhação, uma vez que a vergonha se refere à internalização e compartilhamento do juízo depreciativo pela própria vítima humilhada.

Situações como essas vivenciadas por Leandro, também são compartilhadas na história de vida de Tomaz, que nos relata, ao longo de toda a entrevista, ter se sentido desprezado, humilhado, menosprezado em diversos momentos:

“Nada fácil. Foi difícil essa situação de rua, sofri bastante, sofri bastante, porque as portas se fecham pra você...passei fome já nessa situação (...) Você passar fome, você ficar dez dias sem comer e você pedir um prato de comida na porta duma pessoa, a pessoa com um prato de comida na mão: “Tem comida aqui não, sai da porta da minha casa seu vagabundo”. Nossa, isso pra mim foi a coisa mais humilhante da minha vida (...) passei por discriminação” (Tomaz)

Assim como Leandro, Tomaz também diz sentir-se humilhado e envergonhado, utilizando como forma de enfrentamento aos olhares condenadores da sociedade, a estratégia de tentar manter-se limpo, embora isso não seja muito efetivo no seu dia-a-dia. Assim, ele nos diz: “eu andava limpo, procurava me manter limpo, vistoso né...mas mesmo assim eu sentava ali com aquele grupo do pessoal da rua, tudo sujo...” (Tomaz)

O que percebemos desses sujeitos é que eles vivem um processo de desqualificação social (Paugam, 2001), à medida em que vão sendo expulsos

do mercado de trabalho se veem isolados de suas famílias e gradativamente também do bairro onde cresceram. No caso de Tomaz, ele nos conta que é a “ovelha negra da família” e relata se sentir menosprezado por eles: “(...) você não ter um apoio e você ser desprezado pela pessoa...principalmente por familiares (...)”. Leandro, além de não ter voltado mais para a casa de seus familiares, também não tem contato mais com suas filhas há quatro anos, se questionando: “(...) mas como pode um usuário todo sujo se apresentar perto da filha, moça? Então é que nem eu contei pra você, vai fazer quatro anos que eu não pego na mão das minhas filhas, nem aperto”.

Nesse sentido, percebemos que, embora tenham particularidades em suas trajetórias de vida, o contexto de serem usuários de crack e terem vivido em situação de rua apresentado pelos dois entrevistados, os levaram ao isolamento, se afastando tanto de suas famílias, como daqueles que também se encontram na mesma situação.

Assim, tanto Leandro, como Tomaz relatam que na rua não se tem amigos e que não podem confiar em nenhum usuário de crack. Nas palavras de Leandro: “eu não confio mais em nenhum usuário de crack”, “porque usuários de droga um mata o outro por causa de droga...não tem amor nesse caminho”. Tomaz também tem um relato bastante semelhante, nos afirmando: “eu vou falar pra você, na rua você não tem amigos, você só tem crocodilo, é tudo seus inimigos (...) então na rua você pode até correr risco de morte.”

Todos esses aspectos constituem, por sua vez, uma espiral viciosa de desqualificação social, fazendo com que esses sujeitos assumam um status desvalorizado e estigmatizado, passando a desconfiar de si próprios e de seus semelhantes. A vergonha apontada pelos dois participantes é uma forma de manifestar a internalização e legitimação de um juízo depreciativo que eles têm de si mesmos, refletindo uma subjetividade que os responsabiliza pela desqualificação social sofrida por eles (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2013). Desse modo, eles internalizam as “subjetividades hegemônicas produzidas contra si próprios” (Coimbra, 2001, p. 112), e acreditem que toda essa falta de acesso a bens e serviços se deve ao fato de terem feito escolhas consideradas erradas durante suas trajetórias de vida.

Culpa, favor e direito: o enfrentamento ao crack entre a autonomia e o assistencialismo

Entendemos que, se o indivíduo enxerga a si

como o maior culpado o assistencialismo encontra um terreno fértil para atuar em torno de um fenômeno que é considerado uma falha de caráter (Leandro): o uso do crack. O assistencialismo, por sua vez, se coloca como um favor, uma caridade dirigida a um sujeito incapaz e/ou errante. Por outro lado, se a culpa não é apenas individual e se o uso do crack é entendido dentro do contexto social, político e econômico que vimos descrevendo, procura-se mais que uma ajuda, mas a garantia de direitos. Os dois participantes oscilam entre estas duas perspectivas, ainda que a perspectiva da culpa atrelada ao assistencialismo predomine. Mas isto ocorre de maneira contraditória na qual a culpabilização muitas vezes convive com a perspectiva dos direitos, como veremos a seguir.

Leandro relata que “o inimigo está dentro da gente (...) meu inimigo é meu próprio corpo”. Também existe, em seu relato, uma avaliação de sua própria moral, apontando que a culpa pela condição de vida a qual ele está submetido se deve ao fato dele não ter “vigiado” seu caráter e por isso também desperdiçou as oportunidades que a ele foram oferecidas, como a vez em que ele conseguiu uma vaga numa Comunidade Terapêutica, mas acabou indo embora, pois, segundo ele, “A única coisa que eu fui mal recebido foi meu caráter né.” Assim, ele se culpabiliza não só pela condição de usuário de crack, mas também pela pobreza que o acompanha e coloca essas questões em um patamar moral, duvidando, assim, de seu próprio caráter.

Guareschi (2001) aponta que na sociedade capitalista, mecanismos ideológicos - aqui entendidos na visão marxista como falseamento da realidade (Guareschi, 1998) - são utilizados para responsabilizar os sujeitos individualmente pelo sucesso ou fracasso de suas vidas. Assim, ainda que as práticas de exclusão social sejam históricas e hegemônicas nesse modo de produção, mecanismos simbólicos, entendidos como ideológicos, são utilizados para a manutenção e reprodução das relações de dominação, fazendo com que essas relações desiguais sejam legitimadas pela própria vítima da exclusão. Vemos, portanto, que Leandro internaliza a ideologia liberal e acredita ser seu “caráter” um dos grandes culpados pela própria condição de marginalizado.

Tomaz também se culpa pela condição de pobreza e situações de humilhação e violência vivenciadas em consequência disso, dizendo:“(...) Bem feito, né. Aonde que você tava? Não tava usando droga? Então você pediu, você levou.”. No entanto, ao mesmo tempo em que se autocupabiliza, ele também faz uma análise que aponta para algo que vai além de uma questão moral de seu caráter, colocando que: “Olha, eu às vezes penso de uma forma...eu não sei, às

vezes posso estar enganado, posso estar errado...acho que não pode ser um problema psicológico meu não”. Em outra passagem ele também diz que: “Tem hora que eu paro e fico refletindo sobre tudo isso também, pode ser problema de muitas coisas que eu já passei na minha vida, familiares, essas coisas.”. Ele também problematiza a solidão vivenciada por ele, dizendo: “Por eu não ter o apoio de ninguém né (...) eu sozinho e você não ter um apoio”.

Embora Tomaz, assim como Leandro, se culpe por sua condição de pobreza, ele não se mantém preso somente a isso. Levando em conta outros determinantes, que não apenas a culpa individual pelo processo de marginalização vivenciado por ele, Tomaz vai além e identifica a responsabilidade do Estado, criticando o pouco investimento nas políticas públicas direcionadas a essa população. Em suas palavras ele nos diz:

“(...) então o governo não tá se focando nisso, principalmente na saúde e principalmente aqui, CAPS, no estabelecimento que sempre está recebendo usuário de droga procurando tratamento, isso e aquilo” (Tomaz)

Leandro, por outro lado, ao se entender como culpado majoritário por sua situação atual, enxerga as ações do governo a partir de uma perspectiva assistencialista, tendo ela um caráter de favor. Assim, a partir de uma história de rompimentos de vínculos familiares e isolamento social, ele entende qualquer tipo de ajuda oferecida a ele como um favor e não como uma garantia de acesso aos direitos sociais, devendo estes, serem assegurados pelo próprio Estado. Assim, ele confunde o que é público e o que é privado, perguntando: “o (nome da Comunidade Terapêutica) é do governo, não é?”. Essa confusão também se reflete em seu entendimento sobre aquilo que a ele é oferecido, demonstrando ter uma interpretação das políticas públicas a partir de uma perspectiva assistencialista, dizendo em suas palavras:

“O albergue também, porque pensa bem, moça, o preço que tá o alimento, a água e a luz, aí eu vejo, né, uma comida bem, parece uma comida de restaurante aquilo, banho pra você tomar, sabonete, televisão, dá gasto (...)”. (Leandro)

Partindo dessa visão de que o serviço oferecido a ele “dá gasto” e é um favor, Leandro pensa em retribuir toda essa ajuda algum dia em sua vida, nos relatando: “O dia que eu sair dessa situação, eu vou

voltar aqui de novo no albergue, mas não para vocês me ajudar, mas para ajudar as pessoas". Assim, ele entende que não há mais o que o governo possa fazer além do que já faz. Em suas palavras, ele diz: "pela parte do governo, o que ele pôde fazer, ele já fez, que é dar o remédio de graça e é isso."

Não é à toa, todavia, que Leandro confunde o público com o privado e imagina que a assistência que a ele é oferecida é uma caridade, e não um direito, já que essa é uma realidade vivenciada empiricamente por ele, pois tanto a Comunidade Terapêutica, como o Albergue; são dirigidos por grupos religiosos que têm as doações e caridades, além da parceria com governo, estado e município; como meios de manterem esses equipamentos.

Nesse sentido, entendemos que estamos vivendo em um cenário onde os deveres do Estado em relação às políticas públicas de saúde e assistência, estão sendo transferidos para setores privados e religiosos, se configurando uma situação em que os direitos essenciais da população tornam-se favores e contribuindo para uma noção de que o Estado e as entidades envolvidas fazem tudo o que está aos seus alcances, mas se mesmo assim o indivíduo não for capaz de acender socialmente, isso seria causado por uma incapacidade particular dele (Euzébios Filho, 2011).

Ou seja, o que fica claro é que a assistência a essa população, que deveria ser integral e de responsabilidade do Estado, segue uma lógica neoliberal de responsabilização dos próprios sujeitos por sua condição de pobreza, além de não se propor a, de fato, emancipá-los e retirá-los da pobreza. Estes sujeitos, por sua vez, internalizam a ideologia de culpabilização de si e confundem o mínimo que a eles é oferecido com favor. Segundo Coimbra (2001), isso acontece "pois só pode se imaginar tendo direitos aquele que se transforma em força de trabalho produtiva para o capital; os demais são "ralé", "gentinha" que somente pesam nos ombros da classe laboriosa" (p. 112). Porém, precisamos considerar, em contrapartida, que não existe "um estado inanimado de consciência em que os sujeitos sejam incapazes de refletir para além daquilo que está posto pela realidade concreta" (Euzébios Filho, 2011, p. 115). Tomaz, especialmente, mostra isso.

Perspectivas para o futuro: "voltar à sociedade e ao trabalho"

Vemos que tanto Leandro como Tomaz possuem trajetórias de vida marcadas por um processo de desqualificação social e negação de direitos, que se

tornara mais ou menos explícito após a situação concreta como morador de rua. Situação concreta esta, que parece balizar as perspectivas que os participantes têm para o futuro.

Sem emprego e diante da vida que lhe mostrou concretamente que nem mesmo o mínimo necessário a uma existência digna lhe é assegurado, Leandro aponta a conquista de um emprego - que é, ou pelo menos deveria ser, um direito garantido pela Constituição de 1988 - como um dos principais desejos a serem alcançados no futuro. Notamos também que as expectativas de Leandro para o futuro são dirigidas a partir de sua experiência concreta de vida e não apontam para uma esperança de que o quadro social em que vive vá se alterar substancialmente, não refletindo, portanto, em projeções ambiciosas. Assim, é possível notar que Leandro se sente tão excluído socialmente que, quando questionado sobre suas expectativas para o futuro, ele fala em duas ocasiões sobre o desejo de "voltar à sociedade e ao trabalho", em uma perspectiva que parece endossar a política da "ressocialização", destacadamente a que ele teve acesso e que ainda se apresenta como saída.

É também nesse mesmo sentido que caminham as projeções de Tomaz para o futuro, sendo o emprego o primeiro elemento apontado por ele a ser conquistado. Em suas palavras, ele diz: "O que eu penso pro meu futuro é ter um emprego, a minha família...". Diante da situação atual de pobreza vivida por esses sujeitos e das poucas oportunidades de terem uma vida digna, as possibilidades de escolhas decorrentes dessa condição são restritas, fazendo com que isso se reflita nas expectativas rebaixadas (no campo de uma cidadania rasa, assistencialista) que esses sujeitos têm para o futuro (Euzébios Filho, 2011).

É, pois, com base na restrição de acesso a diversos bens e serviços, que tanto Leandro, como Tomaz, apontam para uma perspectiva muito tímida de melhoria de suas vidas, baseada em garantir condições básicas de sobrevivência. Nesse caminho, ter um emprego, uma família e uma casa aparecem como um horizonte distante de vida. Sobre o assunto, Leandro nos diz: "pretendo fazer parte da sociedade, ter meu emprego novamente, ter minha família ao meu lado, poder sentar na mesa, jantar, poder no final de semana sair com a minha mãe, com meus irmão, sabe?". Esses elementos também aparecem na fala de Tomaz, que nos diz: "(...) o meu trabalho, se focar no meu trabalho...você ter a sua casa, seu lar, uma família..."

Novamente parece surgir como sonho a "ressocialização", que aparece como caminho de retomada da aceitação social e de minimização da vergonha e humilhação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que a pobreza, em suas diversas camadas, aparece como uma marca central da atual condição de vida dos participantes da pesquisa, deixando evidente em seus relatos, a carga afetiva que os acompanha em consequência desse processo de marginalização e que se expressa por meio de sentimentos como a humilhação e a vergonha. Porém, é importante ressaltar, na conclusão desse trabalho, que os abismos sociais gerados pelo sistema econômico desigual vigente, tornam a vida digna, não a regra, mas a exceção no cotidiano da maior parte da população.

Nesse sentido, o processo de desqualificação social vivenciado, em suas particularidades por cada um dos participantes faz com que assumam um status desvalorizado e estigmatizado, passando a desconfiar de si próprios e de seus semelhantes. Outro resultado encontrado é que o discurso dos participantes evidencia elementos de negação da origem social - vergonha da origem de classe, especificamente, que se revela em uma vergonha de si mesmo como sujeito de caráter duvidoso. (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2013).

Por outro lado, nosso trabalho nos permitiu entender que nem tudo é submissão e ainda que os participantes se encontrem em uma situação vulnerável ao modo de vida capitalista, "os sujeitos não são reféns do meio em que vivem" (Euzébios Filho, 2011, p. 115), conseguindo um dos participantes deste estudo, se perceber enquanto sujeito de direitos, muito embora esse aspecto conviva com a noção de culpa individual pela situação em que vive.

Referências bibliográficas

- Arruda, M. S. B. (2014). *A Cracolândia muito além do crack*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Bastos, F.I.; Bertoni, N. (2014). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ
- Brasil (2013). *Crack, é possível vencer: enfrentar as drogas. Compromisso de todos*. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cartilhas/1_C_2013_Crack_possivel_vencer_material_informativo.pdf Acessado em: 11/08/2015.
- Coimba, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Intertexto.
- Conselho Federal de Psicologia (2010). *Parecer do Conselho Federal de Psicologia sobre o Projeto de Lei nº 7663/2010*. Brasília, DF. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Parecer-Conselho-Federal-de-Psicologia-PL-7663-2010.pdf> Acessado em 12/07/2015
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). *Relatório da 4ª Inspeção Nacional da Comissão de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília, DF. Disponível em http://www.apf.org.br/content/files/npm/americas/Relatorio_Inspecao_Direitos_Humanos.pdf Acessado em 03/08/2015
- Coutinho, C. N. (1979). A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47.
- Euzébios Filho, A. (2011). *Psicologia e desigualdade social: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda*. Curitiba: Juruá.
- Fromm, D. (2014). *Deus e o diabo na terra do crack: uma etnografia da "cosmopolítica" batista*. Tese de conclusão de curso, Programa de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em B. Sawaia. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 141-156.
- Hofling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 55, 30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acessado em: 04/06/2015.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.
- Maricato, E (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. Em Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes. P. 121 - 192
- Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Em *Anais da 29ª. Reunião Anual da ANPEd*. Caxambu.

Marx, K. (1859/2008). Prefácio. Em: *Uma contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 45 – 51.

Minayo, M C de S. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M. y Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22 (2), 18-28.

Paugam, S. (2001). O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Em B. Sawaia. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 67-86.

Resolução CFP nº. 10/2012(2012). *Código de ética em pesquisa do Conselho Federal de Psicologia, dispõe sobre a atuação do psicólogo*. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/>
Acessado em: 07/08/2015

Rui, T. (2013). Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. Em *Contemporânea*, 3, 287-310.

Sawaia, B. (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

SOUZA, Tadeu de Paula, CARVALHO, Sérgio Carvalho. Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória. *Polis e Psique*, Vol . 2 , Número Temático, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/40319>
Acessado 26/10/2017.

RECEBIDO EM: 12/05/2017

PRIMEIRA DECISÃO EDITORIAL: 02/10/2017

VERSÃO FINAL: 26/10/2017

APROVADO EM: 27/11/2017